



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

26 a 30 de maio
2025

Cenário Político

A reforma ministerial prometida por Lula segue indefinida mesmo após sete meses de atraso, e partidos de centro e centro-direita aliados do governo (como União Brasil, PSD, MDB, PP e Republicanos) avaliam que, se ocorrer, terá pouco impacto nas articulações políticas e eleitorais para 2026. O governo perdeu o timing para uma mudança significativa, especialmente após a troca de Alexandre Padilha por Gleisi Hoffmann na articulação política.

Apesar da insatisfação com a atual distribuição de ministérios e da presença de núcleos oposicionistas nesses partidos, nenhum deles sinaliza intenção de deixar o governo ou recusar novos espaços. Há, contudo, mais interesse em indicar nomes técnicos para cargos estratégicos, diante da proximidade das eleições e do risco de desgaste político.

No Congresso, o centrão tem fortalecido sua influência com a eleição de Hugo Motta e Davi Alcolumbre para os comandos da Câmara e do Senado, respectivamente, e articula, nos bastidores, uma eventual candidatura de Tarcísio de Freitas com apoio de Jair Bolsonaro.

Lula fez até agora mudanças internas no PT e substituições pontuais em pastas do União Brasil e do PDT, em meio a escândalos. Uma próxima troca pode envolver Guilherme Boulos (PSOL), indicando que as alterações seguem limitadas à base mais à esquerda.

Outros temas da semana incluem a chegada do projeto sobre Licenciamento Ambiental na Câmara, a possível votação de propostas sobre gripe aviária, a divulgação do PIB do 1º trimestre, novos detalhes de cortes no Orçamento via decreto, e o início do julgamento no STF sobre candidaturas avulsas.



Candidaturas Avulsas

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, em plenário virtual, o julgamento sobre a constitucionalidade das candidaturas avulsas — aquelas sem filiação partidária — no Recurso Extraordinário nº 1238853, com relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A análise, que vai até 6 de junho, pode ser prorrogada por pedido de vista ou destaque. Atualmente, a Constituição exige filiação partidária para elegibilidade (art. 14, §3º, V), reforçada pela Lei dos Partidos Políticos. No entanto, a discussão ganha força com base no Pacto de San José da Costa Rica, que assegura o direito de qualquer cidadão votar e ser votado. A Procuradoria-Geral da República já se manifestou a favor das candidaturas avulsas, em parecer da ex-procuradora Raquel Dodge.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), adiou para 17 de junho a sessão do Congresso que analisará vetos presidenciais. O governo vê o adiamento como positivo, pois busca ganhar tempo e reduzir os impactos da possível instalação da CPMI do INSS, que depende dessa sessão para ser criada. Apesar disso, a criação da comissão é considerada inevitável e pode gerar desgaste político para o governo.

ECONOMIA



O PIB brasileiro cresceu 1,3% em março de 2025 em relação a fevereiro, segundo a FGV. Na comparação anual, o avanço foi de 3,5%. No primeiro trimestre de 2025, a economia teve alta de 1,6% em relação ao último trimestre de 2024.

SOCIAL



No primeiro trimestre de 2025, 1,425 milhão de brasileiros estavam desempregados há dois anos ou mais. Apesar do número ainda alto, houve uma queda de 25,6% em relação ao mesmo período de 2024, segundo o IBGE.

Orçamento

O governo federal congelou R\$ 31,3 bilhões em gastos discricionários de 2025 para cumprir a meta fiscal, bloqueando R\$ 10,6 bilhões e contingenciando R\$ 20,6 bilhões devido à frustração de receitas e excesso de despesas. Também abriu crédito suplementar de R\$ 12,4 bilhões para despesas obrigatórias e aumentou o IOF sobre previdência privada, crédito e câmbio, embora tenha revisto parte da tributação, o que causou confusão e alta momentânea do dólar. A Instituição Fiscal Independente alerta para o esgotamento do regime fiscal sustentável já em 2027, destacando que as despesas primárias crescem e o cenário fiscal é preocupante.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sofreu desgaste político após a revogação parcial do aumento do IOF, gerando ruídos internos e desconfiança no mercado, além de revelar divergências no governo entre áreas econômicas e políticas. A decisão gerou críticas e reforçou a percepção de falta de rumo na economia, dificultando a melhora dos indicadores fiscais. A gestão de Haddad tem sido alvo de críticas por aumento de impostos, alimentando memes e repercussões negativas nas redes sociais.



Tarcísio avança e tensiona bolsonaristas

Na filiação do secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, ao PP, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) fez um discurso de tom nacional que gerou desconforto entre aliados de Jair Bolsonaro (PL). Derrite anunciou candidatura ao Senado, enquanto Tarcísio se mantém candidato à reeleição, mas é visto como possível presidenciável para 2026. O evento contou com a presença de presidentes de partidos de centro-direita e evitou parlamentares bolsonaristas, que boicotaram o encontro por temer que servisse de palanque para Tarcísio. Apesar do apoio desses partidos, Tarcísio não conta com o respaldo total de Bolsonaro, que ainda não definiu seu candidato para 2026. Líderes do PP e do PL deixaram em aberto a possibilidade de Tarcísio disputar a Presidência, mas reforçam que Bolsonaro detém o controle dos votos para a próxima eleição.

Governo quer agilizar venda de imóveis apreendidos do tráfico

O governo Lula estuda mudanças na legislação que regula a alienação (venda ou doação) de bens apreendidos de narcotraficantes antes do trânsito em julgado (decisão final). Atualmente, uma exigência da Lei Antidrogas obriga que imóveis do tráfico sejam primeiro registrados e incorporados à União, o que torna o processo lento e burocrático, gerando gargalos.

Outros bens apreendidos de crimes diferentes não têm essa exigência e podem ser leiloados diretamente, passando a propriedade ao arrematante com mais agilidade.

A secretária nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), Marta Machado, revelou que estão discutindo a alteração dessa regra junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e pode haver um projeto de lei ainda em 2025 para agilizar a gestão dos imóveis.

Entre 2024 e 2025, a União arrecadou R\$ 127,7 milhões com a venda de bens relacionados ao tráfico, com mais de 530 leilões, porém poucos envolvendo imóveis (49).

Marta destaca que a alienação antecipada é segura para compradores, pois caso a pessoa seja absolvida, recebe o valor corrigido em dinheiro, nunca o bem físico.

Além disso, há desafios culturais no Judiciário para implementar a alienação antecipada de forma mais eficaz, e a Senad busca integração com o Conselho Nacional de Justiça para centralizar leilões, compartilhar dados e fazer busca ativa por bens apreendidos, para evitar deterioração e perdas de valor.

A secretaria também promove operações chamadas “Limpa Pátio” para acelerar a venda de veículos apreendidos e desafogar os pátios policiais.

Em resumo, o governo busca tornar o processo de venda de bens do crime mais ágil, eficiente e menos burocrático, especialmente para imóveis ligados ao tráfico de drogas.

Federação UNIÃO e PP

A federação entre União Brasil e Progressistas, anunciada há um mês, ainda não foi registrada no TSE, gerando desconfiança entre líderes da direita. A aliança, que deve se chamar União Brasileira Progressista, formaria a maior bancada do Congresso, e sua formalização pode influenciar negociações com Republicanos e MDB.

A demora se deve a divergências internas no União Brasil, principalmente por preocupações com a eleição de 2026, quando os partidos precisariam decidir candidaturas em conjunto. Além disso, os desdobramentos do julgamento sobre a tentativa de golpe envolvendo Jair Bolsonaro e outras lideranças direitistas também impactam a decisão.

Apesar da indefinição sobre a data de registro, os partidos afirmam estar preparando o estatuto da federação.

Regulação das Redes

O presidente Lula quer retomar ainda neste semestre o debate sobre a regulação das redes sociais, com o envio de um projeto ao Congresso. A proposta, elaborada por nove ministérios, prevê que plataformas digitais sejam responsabilizadas por crimes, como pedofilia, incitação ao suicídio e violência contra mulheres.

Há discussões sobre permitir bloqueio administrativo pela ANPD, mas parte dos ministros defende que apenas o Judiciário possa suspender redes. A pauta ganhou força após Lula e Janja pedirem à China atuação mais firme do TikTok.

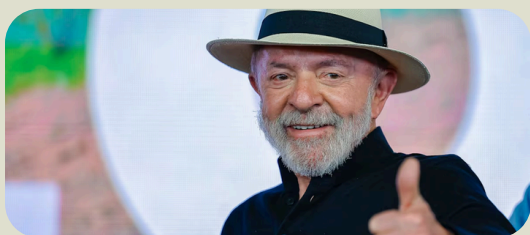
Pesquisas da Secom apontam que 70% da população apoia a regulação, mas no Congresso o tema enfrenta resistência, já que lembra o PL das Fake News, rejeitado em 2023. O novo presidente da Câmara, Hugo Motta, é cético e criticou o STF por julgar o tema, que deve voltar à pauta com foco no Marco Civil da Internet

Notícias da Semana



Bolsonarismo pode dominar Senado, mas só vitória sem precedentes daria trunfo sobre STF

FOLHA DE S. PAULO



Lula: 'É preciso discutir com o Congresso a necessidade de regular redes sociais'

ESTADÃO 



As dores de cabeça de Lira com a reforma do IR

veja



Demora de Lula para escolher novos ministros do STJ deve implodir pretensões de candidata

O GLOBO



Hugo: Executivo não pode gastar sem freio e passar para o Congresso segurar

CNN



Sobras eleitorais: troca de 7 deputados acirra tensão da Câmara com Dino

CNN



Sessão Deliberativa

Terça-feira (27) - 14h

PEC 37/2022 - PEC das Guardas Municipais

PEC 37/2022 - senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) - Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública.

Relator: senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)

Parecer: pela aprovação com a Emenda nº 1.



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (26) - 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 3840/2024 - Aumenta atribuições de conselhos de segurança pública

PL 3840/2024 - Marcos do Val (PODE-ES) - Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Relator: senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

Parecer: pela aprovação com emenda.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Quarta-feira (28) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

PEC 12/2022 - Novo Código Eleitoral

PEC 12/2022 - senador Jorge Kajuru (PSB-GO) - Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos

Relator: senador Marcelo Castro (MDB-PI)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Quarta-feira (28) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 1882/2023 - Disciplina mandatos de entidades sindicais

PL 1882/2023 - Zequinha Marinho (PODE-PA) - Disciplina os mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público.

Relator: senador Paulo Paim (PT-RS)

Parecer: pela rejeição.

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Segunda-feira (26) - 18h

PL 1846/2025 - Proíbe desconto automático para sindicatos em aposentadorias pagas pelo INSS

PL 1846/2025 - Sidney Leite (PSD - AM) - Revoga dispositivo da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para vedar a realização de descontos nos benefícios previdenciários referentes a mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

Relator: aguarda designação.

PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda n°1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)

PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Relator: deputado Tulio Gadêlha (REDE-PE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (27) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 2920/2024 - Propõe uso de recursos do FNSP para proteger magistrados, promotores, delegados e oficiais de justiça ameaçados por organizações criminosas

PL 2920/2024 - delegado Palumbo (MDB - SP) - Insere o inciso III no §1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e trata de outros temas, para prever a utilização de recursos do FNSP na segurança e na proteção de magistrados, membros do Ministério Público, Delegados de Polícia, integrantes da segurança pública, oficiais de justiça, ainda que aposentados, reformados ou na reserva remunerada, quando ameaçados por organizações criminosas, na forma que especifica.

Relator: deputado Delegado Caveira (PL-PA)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4388/2024 - Obriga exame toxicológico periódico para agentes de segurança e profissionais da saúde

PL 4388/2024 - deputado Marco Brasil (PP-PR) - Estabelece a obrigatoriedade de realização periódica de exame toxicológico por agentes de segurança pública e profissionais da saúde.

Relator: deputado Sanderson (PL-RS)

Parecer: pela rejeição.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (27) - Após a Deliberativa - Local : Anexo II, Plenário 06

Pauta a definir

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (28) - 16h - Local : Anexo II, Plenário 06

Seminário: “PEC da Segurança Pública”

Convidados:

- ANTÔNIO COELHO - Associação dos Agentes de Trânsito do Brasil - AGT-BRASIL
- CARLOS ANTONIO TERRA ESTRELA - Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência - ASBIN
- CREUSA CAMELIER - Associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil - AMPOL
- CRISTIANO TORRES - Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo - FENASSE
- EIDER MARCOS ANTUNES DE ALMEIDA - Federação Nacional dos Sindicatos Estaduais dos Servidores dos Detrans Estaduais, Municipais e DF - FETRAN
- FERDINANDO GREGÓRIO - Associação dos Policiais Penais do Brasil - AGEPPEN-BRASIL
- FERNANDO ANUNCIAÇÃO - Federação Nacional dos Servidores da Polícia Penal - FENASPPEN
- GENTIL NEI ESPIRITO SANTO DA SILVA - Federação Nacional dos Policiais Penais Federais - FENAPPF
- GIANCARLO CORRÊA MIRANDA - Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis - COBRAPOL
- HÉDER MARTINS - Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças - ANASPRA
- JOÃO LUIZ PEREIRA - Conselho Nacional de Entidades Representativas de Servidores e Trabalhadores do Sistema Socioeducativo - CONASSE
- LUCIANO LEIRO - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF
- MARCOS DE ALMEIDA CAMARGO - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF
- MARCUS FIRME DOS REIS - Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF
- MARCUS SECCO - Associação Brasileira de Criminalística - ABC
- MARIA DO SOCORRO SANTOS NUNES TINOCO - Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - FENADEPOL
- MARLON JORGE - Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME
- NAIDES CESAR SILVA - Federação Nacional dos Peritos em Papiloscopia e Identificação - FENAPPI
- PAULO SÉRGIO DE SOUZA - Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais, Bombeiros e Pensionistas Militares - ANERMB
- REJANE SOLDANI SOBREIRO - Federação Nacional de Sindicatos de Guardas - FENAGUARDAS
- RODOLFO QUEIROZ - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL BRASIL
- TÁCIO MELO DA SILVEIRA - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF

Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)

Terça-feira (28) - 13h - Local : Anexo II, Plenário 09

Audiência Pública

Tema: Servidores públicos e a corrosão do direito à aposentadoria

Convidados:

- ARLENE DA SILVA BARCELLOS - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE)
- DENISE LAPOLLA - Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e de Procuradores Aposentados do Ministério Público da União (Anampa)
- EDISON GUILHERME HAUBERT - Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP)
- LUCENA PACHECO - Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (SISEJUFE)
- LUIZ CARLOS DA SILVA OLIVEIRA - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD)
- MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)
- REPRESENTANTE - Ministério da Previdência Social
- REPRESENTANTE - Secretaria de Gestão de Pessoas - Ministério de Gestão e Inovação (MGI)

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Quarta-feira (28) - 10h - Local : a definir

Audiência Pública

Tema: Comparecimento do Diretor Geral da PF, Sr. Andrei Rodrigues

Comissão de Relações Exteriores...(CREDN)

Terça-feira (27) - 14h30 - Local : a definir

PL 5489/2020 - Regula o Policiamento Aquaviário

PL 5489/2020 - ex-deputado Gurgel (PL-RJ) - Dispõe sobre o policiamento aquaviário no mar, nas águas interiores e nas áreas portuárias sujeitas à jurisdição nacional.

Relator: deputado General Girão (PL-RN)

Parecer: pela rejeição.



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*